

DOI: 10.18468/rbli.2020v3n2.p123-139

## Situação Sociolinguística dos Munduruku Residentes em Santarém/Pará

Sociolinguistic Situation of the Munduruku Residents in Santarém/Pará

Denize de Souza Carneiro

Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)

Márcio Gean Cardoso Batista

Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)

**Resumo.** Neste trabalho, apresentamos os resultados de uma pesquisa sobre o nível de bilinguismo e a atitude linguística dos Munduruku que migraram para Santarém/PA, bem como sobre o valor funcional das línguas que constituem seu repertório. O estudo foi realizado a partir das reflexões teóricas da Sociolinguística Qualitativa, com base em De Heredia (1989), que trata do bilinguismo como habilidade individual, e em Fishman (1971, 1974), que trata da questão do bilinguismo do ponto de vista social. Os dados que serviram de base para a análise foram obtidos por meio de entrevistas junto a 27 membros do povo em estudo. Os resultados mostram que os Munduruku possuem duas línguas em seu repertório, cuja situação linguística distingue-se de região para região do rio Tapajós, de onde são originários, apresentando a seguinte configuração: 59,26% dos indígenas são monolíngues em português e 40,74% apresentam bilinguismo em Munduruku-português. Tais dados mostram, também, que as funções das duas línguas já não estão bem definidas e uma delas começa a sobrepor-se à outra.

**Palavras-chave:** Sociolinguística qualitativa; Língua Munduruku; Bilinguismo; Valor funcional.

**Abstract.** This paper presents the result data from research concerning the level of bilingualism e the linguistic attitude of the Munduruku people that have migrated to Santarém/PA, as well as the functional value of the languages that compose their repertoire. This study was conducted upon the Qualitative Sociolinguistics' theoretical reflections, based on De Heredia (1989) who approaches bilingualism as an individual ability, and on Fishman (1971, 1974) who addresses bilingualism from the social perspective. The data that served as foundation for the analyses were gathered through interviews among 27 subjects, members of the study's target group. Results have shown that the Munduruku have two languages in their repertoire, whose linguistic situation differ depending on the region of they are located on Tapajós river, where they come from, presenting this configuration: 59,26% of the indigenous people are monolingual, speakers of only Portuguese and 40,74% are bilingual, speakers of Munduruku-Portuguese. Such data also show that the functions of these two languages are no longer well defined and one starts to overlap the other.

**Keywords:** Qualitative Sociolinguistics; Munduruku Language; Bilingualism; Functional value.

### 1. Introdução

A partir do quesito raça ou cor, são registrados, no Brasil, 896,9 mil indígenas, sendo que, desse total, 36,2% residem em área urbana e 63,8% em área rural. Dos anos 2000 para 2010, houve um importante aumento da população indígena (de 294 mil para mais de 800 mil) nas áreas urbanas, cujas razões não podem ser restritas a aspectos demográficos, como mortalidade, natalidade e migração. É necessário considerar, também, o processo de *etnogênese* - o auto reconhecimento étnico de povos que eram

considerados extintos - que vem ocorrendo em diversas regiões do país (IBGE, 2012), inclusive na Região do Baixo Tapajós, onde habita parte da população étnica em estudo.

Apesar desse aumento da população indígena nas cidades, em especial nas situadas no entorno das Terras Indígenas, a sua situação linguística e cultural, nesses espaços, ainda é pouco documentada. Desse modo, em caráter de levantamento, o presente trabalho pretende contribuir com a produção de conhecimento acerca da língua Munduruku em Santarém/PA. Essa cidade é considerada a terceira mais populosa do estado do Pará, depois de Belém e de Ananindeua, com cerca de 300 mil habitantes (G1 SANTARÉM, 2019). Também é o principal centro urbano, financeiro, comercial e cultural do oeste paraense e concentra grande diversidade de povos tradicionais, como indígenas e quilombolas.

Sabemos que os indígenas ainda sofrem com os impactos da colonização europeia. Um deles refere-se ao desafio de manterem vivos suas línguas, seus saberes e suas práticas tradicionais, especialmente em espaços fora de seus territórios, onde encontra-se a língua portuguesa e os saberes e as práticas ocidentais, que são prestigiados pela sociedade envolvente. Conhecer a realidade das línguas indígenas, se estão se mantendo ou declinando, é de significativa importância para colaborar com os indígenas e com as instituições governamentais na definição de ações de políticas linguísticas que favoreçam as línguas minoritárias no ambiente urbano, pois sendo a língua um instrumento cultural que fundamenta a identidade de um povo, essencial na construção da subjetividade e que possibilita estabelecer o elo das gerações mais novas com a herança cultural do coletivo ao qual pertencem (ROMÃO, s/d), faz-se imperativa a atenção do Estado, com medidas que contribuam para o seu fortalecimento.

Assim sendo, à luz da Sociolinguística Qualitativa, com base em autores que discutem o bilinguismo na perspectiva individual (cf. DE HEREDIA, 1989) e social (cf. FISHMAN, 1971; FISHMAN, 1974), este trabalho apresenta os seguintes objetivos: descrever e analisar o nível de bilinguismo ou o monolinguismo dos Munduruku residentes em Santarém; descrever e analisar o valor funcional das línguas faladas por essa etnia no espaço urbano e descrever a relação entre atitude e comportamento dos falantes em relação às línguas do seu repertório linguístico.

Para obtenção dos dados para a descrição e análise, inicialmente, levantamos informações junto às associações indígenas e aos órgãos do Estado responsáveis pela saúde (Casa de Saúde Indígena) e pela educação (Universidades, Secretarias de Educação), com a finalidade de encontrar pistas acerca da localização dos Munduruku em Santarém. Em seguida, foram realizadas entrevistas, junto aos indígenas que aceitaram participar do estudo, a partir de um questionário previamente elaborado sobre os aspectos sociolinguísticos investigados. Além disso, ao constatar que os Munduruku participantes da pesquisa eram, quase todos, acadêmicos da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), foi possível observar, nesse espaço, suas interações comunicativas para melhor compreensão dos usos linguísticos.

Além da introdução, este artigo apresenta: embasamento teórico sobre a noção de bilinguismo; informações contextuais sobre os Munduruku (classificação linguística, localização e população); os resultados da pesquisa sociolinguística, bem como dados sobre os participantes, necessários para a compreensão da análise (sexo, idade, aldeia de origem, local de moradia, processo migratório, situação socioeconômica) e as considerações finais.

## 2. Bilinguismo: noções teóricas

O bilinguismo vem sendo estudado a partir das orientações teóricas de dois paradigmas: as ciências *cognitivas* e a *sociolinguística*. O primeiro prioriza a natureza e o funcionamento do cérebro/mente de um sujeito bilíngue; o segundo prioriza questões sociais de comunidades bilíngues (BRAGGIO, 2014), abordando temas da Macrosociolinguística, como: multilinguismo, bilinguismo, *diglossia*, contato/conflito linguístico, atitudes linguísticas, manutenção e mudança linguística, planejamento e standardização da língua vernácula (BORTONI-RICARDO, 2014).

A primeira vertente, por muito tempo, foi a mais utilizada nas pesquisas sobre o fenômeno do bilinguismo, cuja análise dava-se mais na perspectiva do bilinguismo individual. É a partir dos trabalhos desenvolvidos na Sociologia da Linguagem (linha de pesquisa da Sociolinguística) que o bilinguismo passou a ser analisado, também, na perspectiva social.

O estudo aqui apresentado foi desenvolvido a partir das reflexões teóricas da Sociolinguística Qualitativa, com base em De Heredia (1989) e em Fishman (1971; 1974).

Christine De Heredia, em seus estudos sobre o bilinguismo individual junto a estrangeiros em Paris, explica que, a partir da década de 70, cresceu o interesse dos pesquisadores em conhecer o *papel* e o *lugar* das línguas maternas de comunidades que migraram para a Europa e para os Estados Unidos. Isso ocorreu porque essas comunidades deixavam transparecer certa realidade plurilíngue, resultante da manutenção das línguas maternas em várias gerações de suas famílias. Os estudos eram apoiados em recenseamentos dos emigrados em diferentes décadas e procuravam compreender a situação de manutenção ou de declínio das línguas do repertório dos locutores a partir de dois fatores: os sociais e os comportamentais.

Dentre os fatores sociais, estão: o espaço geográfico do grupo (se viviam agrupados em um dado bairro ou se viviam em bairros diferentes); o tempo da migração (se temporário ou permanente); a data de partidas e novas chegadas; a religião; a militância política; a mobilidade social no país receptor; as políticas de migração no país receptor (especialmente no que tange à educação) e as políticas do país de origem em apoio aos emigrados e suas respectivas famílias.

Quanto aos fatores comportamentais, levava-se em conta as atitudes dos locutores “em relação a sua língua, à língua da maioria, ao bilinguismo, ao purismo linguístico, mas também aos valores e à identidade cultural de origem, ao biculturalismo” (DE HEREDIA, 1989, p. 178). Segundo a autora, “a ligação que os locutores emigrados mantêm com sua língua e que se manifesta pelo uso que fazem dela entre familiares e amigos e por sua transmissão às crianças está evidentemente relacionada com as atitudes” de valorização que tais indivíduos desenvolvem em relação aos dois países (DE HEREDIA, 1989, p.178). No caso dos indígenas, em relação à Terra Indígena e à cidade, que simbolicamente é representada pelo uso de sua língua ou da língua portuguesa.

Nos seus estudos, De Heredia constatou que, no início da migração para uma nova cidade, há predominância do uso da língua de origem na interação comunicativa da família, mas à medida que os familiares passam a interagir com as pessoas do local, por exemplo, no trabalho, na escola, na vizinhança etc., progressivamente a língua do ambiente vai tomando o espaço da língua de origem. Esse processo parece ocorrer mais entre as crianças e os jovens, que acabam se tornando bilíngues ativos na língua do ambiente e passivos na língua de origem.

A situação de bilinguismo ativo ocorre quando um indivíduo compreende e fala as duas línguas de seu repertório linguístico, demonstrando proficiência em diferentes contextos de comunicação. Já um indivíduo na situação de bilinguismo passivo sabe falar apenas uma das línguas do seu repertório, a outra, somente compreende. Isso pode ocorrer por não possuir domínio suficiente para falá-la, mas apenas para entendê-la, ou por se recusar a falá-la por alguma motivação extralinguística (DE HEREDIA, 1989).

Fishman (1974, p. 27), por sua vez, em seus trabalhos sobre comunidade de fala<sup>1</sup> bilíngue, propõe duas análises: uma sincrônica e outra diacrônica. A primeira tem a preocupação de descrever a organização social do uso da língua geralmente aceita dentro de uma comunidade de fala e escrita, procurando responder: “Quem fala (ou escreve) que língua (ou que variedade linguística) a quem, quando e para que fim?”. A segunda procura responder: “Que fatores motivam as diferenças de mudanças na organização social do uso da língua e do comportamento em relação à língua?”.

O autor entende que, embora o bilinguismo seja uma habilidade linguística que se adquire individualmente, a escolha de uma língua (no caso do bilíngue) ou de uma variedade (no caso do monolíngue) é determinada socioculturalmente, de acordo com a situação, a qual é definida como a “co-ocorrência de dois (ou mais) interlocutores mutuamente relacionados de uma maneira determinada, comunicando sobre um determinado tópico, num determinado contexto” (FISHMAN, 1974, p. 29).

Às classes de situação, Fishman chamou de *domínios de uso*. Trata-se, por exemplo, do domínio da escola, da universidade, do lar, da religião, do trabalho, do barzinho e outros. O autor explica que os membros nativos de uma dada comunidade adquirem uma “competência comunicativa sociolinguística” e saberão empregar quando, onde, e com quem deve falar uma ou outra língua ou variedade adequadamente (algo que se dá de forma inconsciente), ao contrário do que ocorre com uma pessoa externa, que, ao chegar na comunidade, precisará descobri-las.

Para esse autor, as comunidades de fala bilíngues podem apresentar dois tipos de bilinguismo social: o *bilinguismo estável* e o *bilinguismo instável*. Estará no primeiro caso, a comunidade na qual as variedades não estejam em disputa de espaço e permaneçam funcionalmente distintas. Por outro lado, se houver flutuação das línguas ou variedades nos domínios de uso, ou seja, se a sua distribuição funcional não estiver bem estabelecida, tal comunidade de fala estará em uma situação de *bilinguismo instável*, pois “torna-se difícil manter duas ou mais variedades linguísticas servindo às mesmas funções sociais. Em última instância, torna-se necessário ou deslocar uma delas ou encontrar uma nova distinção funcional entre elas” (FISHMAN, 1974, p. 31).

A flutuação dos usos das línguas ou variedades nos domínios ocorre quando uma das línguas ou uma das variedades assume os domínios que eram de outra. No caso das comunidades de fala indígenas, a tendência é que a língua majoritária (nesse caso o Português) tome os domínios que eram próprios das línguas minoritárias (as indígenas).

Além da caracterização do bilinguismo social em estável e instável, Fishman (1971) apresenta uma outra classificação, na qual apresenta a noção de *diglossia* (perspectiva social – quando as línguas estiverem com suas funções sociais determinadas) e de *bilinguismo individual* (perspectiva individual – uso de duas línguas).

---

1. Tem-se uma *comunidade de fala* quando os membros do agrupamento social têm, pelo menos, uma variedade linguística em comum, assim como as normas de seu emprego (FISHMAN, 1971).

Assim, Fishman (1971) relaciona a capacidade do sujeito de dominar mais de uma língua ou variedade com o valor funcional que é atribuído socioculturalmente a estas línguas ou variedades. Desta forma, as comunidades bilíngues podem ser caracterizadas em quatro tipos: *com diglossia e com bilinguismo* - quando a comunidade apresentar o *status* de bilinguismo estável, de modo que as línguas ou as variedades têm funções claramente definidas, sem conflitos e juízo de valores sobre seus usos, pois cada uma é socioculturalmente aceita pela comunidade; *com diglossia e sem bilinguismo* - refere-se a um tipo de sociedade na qual, mesmo havendo mais de uma variedade, seus falantes não são bilíngues, mas valores funcionais distintos são atribuídos às línguas ou variedades; *sem diglossia e com bilinguismo* - trata-se de uma sociedade que apresenta um bilinguismo instável em virtude da indefinição das funções das variedades, fazendo com que uma língua ou variedade se sobreponha à outra; *sem diglossia e sem bilinguismo* - trata-se de uma possibilidade teórica, pois significaria uma única maneira de falar, o que não é possível, devido à existência de distintos papéis sociais.

É com base nessas reflexões teóricas que apresentamos uma descrição e análise da situação sociolinguística dos Munduruku em Santarém.

### 3. Os Munduruku: informações contextuais

O povo Munduruku é de língua e cultura Tupi. Sua autodenominação é *Wuyjuyu* ("pessoa/gente"), porém são conhecidos pela denominação *Munduruku* ("formigas vermelhas"), termo usado pelos indígenas *Parintintin*, grupo rival em guerras interétnicas no século XVIII (ISA, 2017).

São falantes da língua que recebe a mesma denominação da etnia, Munduruku, classificada geneticamente como pertencente à família linguística de mesmo nome, integrante do tronco tupi. De acordo com essa classificação, tal língua tem a *Kuruaya* como sua língua irmã. Porém, considerando que línguas com menos de 1.000 falantes estão fortemente ameaçadas de extinção, esta, por apresentar apenas 130 falantes, está prestes a desaparecer (RODRIGUES, 2013).

Quanto à população, de acordo com dados do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI) e da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), a população Munduruku soma um total de 13.755 pessoas (ISA, 2017), que vivem em territórios situados na fronteira de três estados brasileiros: Amazonas, Pará e Mato Grosso.

No Amazonas, localizam-se na Terra Indígena (T.I) Kwata-Laranjal, região do rio Madeira, pertencente ao município de Borba. O rio Madeira é tributário da margem direita do rio Amazonas. Da sua foz até a cabeceira de Santo Antônio (na divisa do Amazonas com o Mato Grosso), ele é navegável e possui um intenso tráfego comercial. O seu afluente, Canumã, corta toda a área indígena do Kwatá-Laranjal, onde vivem, também, cerca de 113 Sateré-Mawé, na comunidade de Vila Batista, rio Mari-Mari (CARNEIRO, 2004).

No Estado do Pará, os Munduruku vivem às margens do rio Tapajós e seus afluentes. Esse rio é formado pela confluência do rio Teles Pires com o rio Juruena, que nascem na Serra de Parecis e de Araporé (Planalto Central), na fronteira com o Mato Grosso, e percorre uma extensão de aproximadamente 800 km até desaguar no rio Amazonas (CARNEIRO, 2004). No curso Baixo do Tapajós, os Munduruku vivem em aldeias ligadas ao município de Santarém (Açaizal, Ipaupixuna, Cavada), Aveiro (Escrivão) e Belterra (Bragança, Marituba e Takuara). No curso Médio do Tapajós, os Munduruku vivem às margens do rio Jamanxim, nas T.Is Sawré Muybu, Sawré Apompu, Sawré Juybu, assim como nas Reservas

Indígenas Praia do Mangue e Praia do Índio, sob a administração do município de Itaituba. No Alto Tapajós, vivem nas proximidades dos rios Juruena, Teles Pires e seus afluentes, à margem direita dos seguintes rios: rio das Tropas, Kabitutu, Kururu, Crepori e Cadariri, nas T.Is Sai Cinza, Munduruku, Kayabi, Apiaká-Kayabi, ligados ao município de Jacareacanga (BOAVENTURA; OLIVEIRA, 2016).

No Mato Grosso, os Munduruku localizam-se na fronteira com o Pará, na parte norte do estado, na região do rio dos Peixes, administrativamente ligados ao município de Juará, onde convivem com membros do povo Apiaká. Situam-se, geralmente, nas regiões de floresta, às margens de rios navegáveis. Suas aldeias de origem ficam nos chamados “campos do Tapajós”, região de savana no interior da Amazônia (ISA, 2017).

#### 4. Os resultados

Com base nas reflexões teóricas da sociolinguística qualitativa, apresentamos, neste item, a análise da situação sociolinguística dos Munduruku que migraram para Santarém/PA. Mostramos, também, alguns dados que ajudam a compreender a situação sociolinguística desse grupo, como: aldeia de origem, moradia atual, tempo de residência em Santarém, dados sobre a migração e informações socioeconômicas.

##### 4.1. Os sujeitos da pesquisa: os Munduruku em Santarém

Foram localizadas 33 pessoas que se autoidentificam<sup>2</sup> como sendo da etnia Munduruku em Santarém (distribuídas em 09 bairros e 02 aldeias desse município), mas apenas 27 participaram da pesquisa. Trata-se de 12 homens, na faixa etária de 19 a 39 anos, e de 15 mulheres, na faixa etária de 17 a 35 anos. Os dados dos quadros 1 e 2 apresentam o perfil dos sujeitos participantes desse trabalho.

**Quadro 1:** Matriz dos participantes da pesquisa, originários do Baixo e do Médio Tapajós

Região	Participante	Sexo	Idade	Escolaridade	Aldeia	Bairro/Aldeia STM
Baixo Tapajós	01	M	28	Superior cursando	Escrivão	Bairro Caranazal
	02	M	20	Superior cursando		Bairro Caranazal
	03	F	21	Superior cursando		Bairro Caranazal
	04	M	19	Ensino Médio		Bairro Caranazal
	05	F	22	Superior cursando		Aldeia Alter do chão
	06	M	25	Superior cursando		Aldeia Alter do chão
	07	F	20	Ensino Médio		Aldeia Alter do chão
	08	F	22	Superior cursando		Bairro Santo André
	09	F	17	Superior cursando		Bairro Interventoria

2. O critério utilizado para a identificação dos indígenas foi o da *autoidentificação étnica*, conforme Melatti (1994).

Região	Participante	Sexo	Idade	Escolaridade	Aldeia	Bairro/Aldeia STM
Baixo Tapajós	10	M	29	Superior cursando	Ipaupixuna	Bairro Interventoria
	11	M	19	Superior cursando		Bairro Floresta
	12	F	21	Superior cursando	Takuara	Bairro Santo André
	13	F	19	Superior cursando		Bairro Santo André
	14	F	19	Superior cursando		Bairro Santo André
	15	F	19	Superior cursando		B. Aeroporto Velho
	16	F	19	Ensino Médio		Bairro Diamantino
	17	F	30	Superior cursando	Açaizal	Aldeia Açaizal
Médio Tapajós	18	F	35	Superior cursando	Praia do Índio	Bairro Maracanã

Fonte: própria.

Quadro 2: Matriz dos participantes da pesquisa, originários do Alto Tapajós

Região	Participante	Sexo	Idade	Escolaridade	Aldeia	Bairro/Aldeia STM
Alto Tapajós	19	F	22	Superior cursando	Kaburuá	Bairro Caranazal
	20	M	22	Superior cursando		Bairro Diamantino
	21	M	20	Superior cursando		B. Aeroporto Velho
	22	F	18	Superior cursando	P. Munduruku	Bairro Caranazal
	23	F	18	Superior cursando	Restinga	Bairro Esperança
	24	M	19	Superior cursando	São Lorenço	Bairro Caranazal
	25	M	25	Superior cursando	Primavera	Bairro Fátima
	26	M	31	Superior cursando	Sai-cinza	B. Aeroporto Velho
	27	M	39	Superior cursando		Bairro Caranazal

Fonte: própria.

Esses 27 indígenas são originários de aldeias localizadas às margens do rio Tapajós e seus afluentes. A população local distingue o curso desse rio em três sub-regiões, a saber: Região do Baixo Tapajós; Região do Médio Tapajós e Região do Alto Tapajós. Essa distinção também ocorre para se referir aos membros da etnia em estudo, porém, comumente usa-se apenas o *curso* do rio, do seguinte modo: Munduruku do Baixo; Munduruku do Médio e Munduruku do Alto.

Os Munduruku do Baixo que aceitaram participar da pesquisa, são provenientes de 4 aldeias, a saber: Escrivão (9 pessoas), Takuara (5 pessoas), Ipaupixuna (2 pessoas) e Açaizal (1 pessoa). A maior porcentagem de participantes origina-se dessa região (Baixo Tapajós), representando 62,96%.

A aldeia Escrivão está localizada à margem esquerda do Baixo rio Tapajós, no município de Aveiro/PA, e soma uma população de 302 pessoas. Destas, 152 se autoidentificam como indígenas Munduruku Cara Preta e 150 dizem não ser indígenas. A aldeia Takuara situa-se à margem direita do rio Tapajós, na área de conservação Floresta Nacional do Tapajós (Flona), no município de Belterra/PA, e conta com 46 famílias, totalizando 155 indígenas da etnia Munduruku. A aldeia Ipaupixuna localiza-se em uma área do Planalto Santareno, no município de Santarém/PA, com 66 famílias. A aldeia Açaizal também se localiza no Planalto Santareno, entre a Rodovia Estadual Santarém Curua-Una, PA 370, e o lago do Maicá e conta com cerca de 60 famílias (informação verbal)<sup>3</sup>.

Faz-se útil informar que os Munduruku dessas 4 aldeias passaram pelo processo de “reetinização” ou “etnogênese”<sup>4</sup>, que vem ocorrendo em algumas regiões do Brasil nas últimas décadas, conforme explica o antropólogo Baniwa Gersem Luciano (2006, p. 28).

desde a última década do século passado vem ocorrendo no Brasil um fenômeno conhecido como “etnogênese” ou “reetinização”. Nele, povos indígenas que, por pressões políticas, econômicas e religiosas ou por terem sido despojados de suas terras e estigmatizados em função dos seus costumes tradicionais, foram forçados a esconder e a negar suas identidades tribais como estratégia de sobrevivência – assim amenizando as agruras do preconceito e da discriminação – estão reassumindo e recriando as suas tradições indígenas. (LUCIANO, 2006, p. 28)

Em consequência desse processo histórico, os Munduruku da região do Baixo Tapajós não tiveram acesso a muitos saberes do seu povo, pois, como diz a senhora indígena Emanuela, no documentário “Terra dos Encantados”, produzido por Clodoaldo Corrêa (2014), tentaram “matar os indígenas por dentro”, ou seja, pelas suas tradições, pelos seus saberes, pela sua cultura. Porém, essa estratégia colonizadora, felizmente, não foi atingida integralmente. Diversos conhecimentos e diversas práticas permaneceram nas comunidades e fazem parte do cotidiano desses indígenas, como a prática da pajelança, que, segundo Vaz Filho (2016), é um importante elemento de afirmação étnica na região.

Da região do *Médio Tapajós*, localizamos apenas uma pessoa, que corresponde a 3,7% dos participantes da pesquisa. Ela é originária da *aldeia Praia do Índio*, que hoje conta com 44 famílias, totalizando 157 pessoas (informação oral<sup>5</sup>).

Da região do Alto Tapajós, foram localizadas 9 pessoas, que correspondem a 33,33% dos participantes. São indígenas das aldeias: Kaburuá (3 pessoas), Posto Munduruku (1 pessoa), Restinga (1 pessoa), São Loureço (1 pessoa), Primavera (1 pessoa) e Sai-cinza (2 pessoas).

3. Informação fornecida oralmente pelos Munduruku do Baixo Tapajós, no âmbito desse estudo, em 2019.

4. Sobre a “emergência étnica” no Baixo Tapajós ver Vaz Filho (2010) e Ioris (2015).

5. Informação fornecida por um indígena de Praia do Índio, em 2019.

A aldeia Kaburuá está situada entre as cabeceiras dos rios Cabitutu e Kaburuá, a 1500 km ao Sul do município de Jacareacanga/PA, e conta com uma população de aproximadamente 500 pessoas. A aldeia Posto Munduruku (ou Waro Apompo) situa-se à margem esquerda do rio Cururu. Nela, vivem 55 famílias dessa etnia, que somam um total de 245 pessoas. A aldeia Restinga localiza-se na foz do rio Cururu e conta com cerca de 15 famílias. A aldeia São Lourenço está localizada à margem esquerda do curso alto do rio Tapajós, com cerca de 10 famílias, totalizando 55 pessoas. A aldeia Primavera localiza-se à margem direita do Alto rio Tapajós e conta com uma população de 08 famílias. A aldeia Sai-Cinza situa-se à margem esquerda do Alto do Rio Tapajós, a 30 minutos de voadeira da cidade de Jacareacanga. Lá vivem cerca de 2.000 pessoas (informação verbal).

Essas aldeias pertencem, administrativamente, ao município de Jacareacanga, cuja sede situa-se às margens da Transamazônica, ao Sul do Estado do Pará, aproximadamente a 750 km da cidade de Santarém (por estrada).

#### 4.2. Processo migratório, tempo de residência em Santarém e situação socioeconômica

Tradicionalmente, os Munduruku costumavam migrar em busca de recursos naturais, como a borracha. A partir da metade do século XX, a migração foi, também, motivada pela busca de cassiterita e pelos casamentos com membros de outras aldeias. Atualmente, diversos fatores contribuem para o movimento migratório desse povo, como: acesso a mercadorias, desejo de viver próximo à cidade, extração mineral (como trabalho em garimpo) e acesso a tratamento de doenças, o que leva à migração entre as aldeias, principalmente para aquelas onde há polo base de saúde e/ou pajé (MELO; VILLANUEVA, 2008). A migração para as cidades, por sua vez, vem ocorrendo, particularmente, em virtude do acesso aos serviços de saúde e de educação (para cursar o ensino médio e o ensino superior).

A migração dos Munduruku entrevistados para Santarém ocorre desde 2013 de forma direta e indireta, conforme mostra os dados do quadro 3.

**Quadro 3:** Processo migratório dos Munduruku para Santarém/PA

Região	Participante	Processo Migratório
Baixo Tapajós	01	Escrivão → Aveiro → Manaus → Escrivão → Santarém (2017)
	02	Escrivão → Santarém (2018)
	03	Escrivão → Santarém (2017)
	04	Escrivão → Santarém (2019)
	05	Escrivão → Santarém (2016)
	06	Escrivão → Santarém (2015)
	07	Escrivão → Santarém (2015)
	08	Escrivão → Santarém (2017)
	09	Escrivão → Santarém (2017)
	10	Ipaupixuna → Santarém (2018)
	11	Ipaupixuna → Santarém (2018)
	12	Takuara → Santarém (2018)
	13	Takuara → Santarém (2018)

Região	Participante	Processo Migratório
Baixo Tapajós	14	Takuara → Santarém (2018)
	15	Takuara → Santarém (2016)
	16	Takuara → Santarém (2018)
	17	Açaizal → Santarém (2017)
Médio Tapajós	18	Praia do Índio → Itaituba → Praia do Índio → Santarém (2019)
Alto Tapajós	19	Kaburuá → Jacareacanga → Santarém (2017)
	20	Kaburuá → Jacareacanga → Santarém (2016)
	21	Kaburuá → Jacareacanga → Santarém (2017)
	22	Posto Munduruku → Jacareacanga → Santarém (2019)
	23	Kaburuá → Jacareacanga → Santarém (2019)
	24	São Lourenço → Jacareacanga → Santarém (2019)
	25	Jacareacanga → Katõ → Jacareacanga → Primavera → Santarém (2019)
	26	Sai-Cinza → Itaituba → Praia do Índio → Santarém (2017)
	27	Sai-Cinza → Itaituba → Praia do Índio → Santarém (2013)

Fonte: própria.

Para os indígenas do Baixo Tapajós, com exceção do primeiro participante, que morou em outras cidades, a migração ocorreu de forma direta, visto que viajaram de sua aldeia diretamente para Santarém. Essas aldeias, em sua maioria, situam-se próximas à área urbana de Santarém e o acesso a elas se dá por estrada, o que permite grande movimento de ida e vinda para a cidade, pois há ônibus de linha que proporciona acesso diário (caso de Açaizal, Ipaupixuma, Takuara). Para os participantes da Região do Médio e do Alto Tapajós, a migração foi indireta para todos os informantes, visto que, antes de migrarem para Santarém, viveram nas cidades de Jacareacanga/PA e Itaituba/PA, onde cursaram parte do ensino fundamental e todo o ensino médio.

A principal razão apresentada por todos para migrarem para Santarém foi a possibilidade de ingresso ao ensino superior, motivada por programas de acesso como o Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI), realizado pela Universidade Federal do Oeste da Pará (Ufopa), desde 2010. Para esses indígenas, a universidade é um direito do qual não abrirão mão. Mesmo se deparando com discursos contrários, como o de que eles podem “baixar a qualidade dos cursos”, recorrente na fala de pessoas que são contrárias às cotas nas universidades, os Munduruku consideram sua presença no ensino superior como essencial para a autonomia e para a garantia dos direitos dos povos indígenas.

No que tange à situação socioeconômica desse povo, os dados mostram que é bastante precária. Na cidade, todos adquirem sua renda através de benefícios do Governo, como o *bolsa família* e a *bolsa de auxílio permanência universitária*. Alguns recebem ajuda (alimentos e dinheiro) dos pais, que, em geral, ocupam-se de trabalhos domésticos e da agricultura, caso das mulheres; e trabalhos braçais, como: agricultura, pesca e garimpagem, caso dos homens.

Quanto à moradia, os Munduruku entrevistados dizem que, na aldeia, todos têm casa própria; já em Santarém, moram, em sua maioria, em casa alugada. Alguns vivem em casas de parentes ou amigos, caso dos indígenas da região do Baixo Tapajós.

#### 4.3. Situação sociolinguística dos Munduruku residentes em Santarém

De acordo com os dados, o repertório linguístico dos Munduruku que migraram para Santarém é composto de duas línguas: a *Munduruku* e a *portuguesa*, mas nem todos são falantes das duas línguas, conforme mostramos no quadro 4, a seguir.

**Quadro 4:** Situação de *bi-* e de *monolingüismo* dos Munduruku em Santarém/PA

Situação linguística dos Munduruku (cf. DE HEREDIA, 1989)						
Bilingüismo				Monolingüismo		
Pessoas	Porcentagem	Bilíngue Ativo	Bilíngue Passivo	Pessoas	Porcentagem	Monolíngue
9	33,34%	Munduruku-português	-	16	59,26%	português
2	7,40%	português	Munduruku			

Fonte: própria.

Como se pode observar, quase 60% dos Munduruku são monolíngues em português e 40,74% apresenta bilingüismo em Munduruku-português, sendo que 33,34% são fluentes nas duas línguas e 7,4% são passivos na língua indígena e ativos na portuguesa.

Considerando esses dados, as habilidades linguísticas de entendimento, fala, leitura e escrita nas línguas do repertório também variam de região para região do rio Tapajós, de onde os Munduruku são originários, conforme mostram as informações do quadro 5, a seguir.

**Quadro 5:** Habilidades linguísticas dos Munduruku participantes da pesquisa

Região	Índigena Particip.	Língua Munduruku				Língua portuguesa		
		Entende	Fala	Lê	Escreve	Fala	Lê	Escreve
Baixo Tapajós	01	Não	Não	Não	Não	Sim, bem	Sim, bem	Sim, bem
	02	Não	Não	Não	Não	Sim, bem	Sim, bem	Sim, bem
	03	Não	Não	Não	Não	Sim, bem	Sim, bem	Sim, bem
	04	Não	Não	Não	Não	Sim, bem	Sim, bem	Sim, bem
	05	Não	Não	Não	Não	Sim, bem	Sim, bem	Sim, bem
	06	Não	Não	Não	Não	Sim, bem	Sim, bem	Sim, bem
	07	Não	Não	Não	Não	Sim, bem	Sim, bem	Sim, bem
	08	Não	Não	Não	Não	Sim, bem	Sim, bem	Sim, bem
	09	Não	Não	Não	Não	Sim, bem	Sim, bem	Sim, bem
	10	Não	Não	Não	Não	Sim, bem	Sim, bem	Sim, bem
	11	Não	Não	Não	Não	Sim, bem	Sim, bem	Sim, bem
	12	Não	Não	Não	Não	Sim, bem	Sim, bem	Sim, bem
	13	Não	Não	Não	Não	Sim, bem	Sim, bem	Sim, bem
	14	Não	Não	Não	Não	Sim, bem	Sim, bem	Sim, bem
	15	Não	Não	Não	Não	Sim, bem	Sim, bem	Sim, bem
	16	Não	Não	Não	Não	Sim, bem	Sim, bem	Sim, bem
	17	Sim	Não	Não	Não	Sim, bem	Sim, bem	Sim, bem

Região	Índigena Particip.	Língua Munduruku				Língua portuguesa		
		Entende	Fala	Lê	Escreve	Fala	Lê	Escreve
Médio Tapajós	18	Sim	Sim, frases curtas	Não	Não	Sim, bem	Sim, bem	Sim, bem
Alto Tapajós	19	Sim, bem	Sim	Sim, pouco	Não	Sim, bem	Sim, bem	Sim, bem
	20	Sim, bem	Sim	Sim, pouco	Sim, pouco	Sim, bem	Sim, bem	Sim, bem
	21	Sim, bem	Sim, bem	Sim, pouco	Sim, pouco	Sim	Sim	Sim, com dificuldade
	22	Sim, bem	Sim, bem	Sim, bem	Sim, bem	Sim, bem	Sim, bem	Sim, bem
	23	Sim, bem	Sim, bem	Sim, bem	Sim, pouco	Sim, bem	Sim, bem	Sim, bem
	24	Sim, bem	Sim, bem	Sim, bem	Sim, bem	Sim, bem	Sim, bem	Sim, bem
	25	Sim, bem	Sim, bem	Sim, pouco	Sim, pouco	Sim	Sim	Sim, com dificuldade
	26	Sim, bem	Sim, bem	Sim, pouco	Sim, pouco	Sim, bem	Sim, bem	Sim, bem
	27	Sim, bem	Sim, bem	Sim, pouco.	Sim, pouco	Sim	Sim	Sim, com dificuldade

Fonte: própria.

Dentre os indígenas da região do Baixo Tapajós, há apenas uma pessoa em situação de *bilinguismo*, é a participante 17, que apresenta bilinguismo ativo em português e passivo em Munduruku, visto que a mesma entende essa língua, mas não a fala. Os demais são *monolíngues em português*. Segundo eles, não chegaram a conhecer a língua do seu povo, pois, nas suas respectivas aldeias, ela deixou de ser falada há muito tempo e mesmo as pessoas das gerações mais antigas não chegaram a aprendê-la.

Da região do Médio Tapajós, a única pessoa (18) que aceitou participar da pesquisa apresenta-se numa situação de bilinguismo ativo em português e passivo em Munduruku. Essa participante entende e fala algumas frases curtas na língua do seu povo.

Os indígenas do Alto Tapajós, por sua vez, são os membros do povo que mais apresentam habilidades nas línguas do repertório. Todos entendem e falam Munduruku e português, encontram-se, então, em uma situação de *bilinguismo ativo nas duas línguas*.

Quanto à leitura e escrita em Munduruku, há variação: no que tange à leitura, 6 dizem que leem um pouco e 3 dizem que leem bem. E referente à escrita, 6 dizem que escrevem um pouco, 2 que escrevem bem e 1 diz que não tem o domínio da escrita em Munduruku.

Sobre a habilidade linguística em português, todos os participantes da pesquisa dizem que falam, leem e escrevem nessa língua. No entanto, os participantes 21, 25 e 27 enfatizaram que escrevem em português, mas apresentam muitas dificuldades, particularmente para produção textual de acordo com a norma padrão da língua no que diz respeito à elaboração de trabalhos acadêmicos.

## 5. Valor funcional, atitude e comportamento linguístico

Para os entrevistados oriundos das aldeias do Baixo e do Médio Tapajós, a língua indígena não exerce função comunicativa, pois eles não a falam. A interação comunicativa é realizada na língua portuguesa em todos os domínios de uso.

Quanto à atitude linguística, esses participantes manifestam interesse em aprender a língua Munduruku, mas alegam que ainda não tiveram oportunidade. Para eles, faltam políticas linguísticas que promovam ações de fortalecimento da língua dos seus ancestrais para aqueles que ainda a falam e ações de “*revitalização linguística*” para aqueles que não a falam e desejam aprendê-la.

De acordo com dois dos participantes da pesquisa, alguns caciques vêm lutando para que haja aula de Munduruku em suas aldeias. Por um tempo, algumas comunidades conseguiram, é o caso de Escrivão e de Takuara, que tiveram professores contratados pelas prefeituras de Aveiro e Belterra para ensinar a língua às crianças na escola formal. Nas aulas, elas aprenderam, por exemplo, algumas músicas, palavras e frases de saudação, como: bom dia! Boa tarde! Boa noite! Tudo bem? Porém, o contrato dos professores não foi renovado e as aldeias voltaram a ficar sem as aulas de língua indígena.

Para os indígenas oriundos do Alto Tapajós, que são bilíngues ativos em Munduruku-português, a língua indígena exerce função comunicativa na cidade. Os indígenas se comunicam oralmente com os parentes da mesma etnia na sua língua.

Quanto à leitura e à escrita em Munduruku, basicamente, são praticadas através de mensagens escritas no aplicativo *whatsApp*. Porém, em diversos casos, é uma escrita que mescla Munduruku com português. Segundo os usuários, essa mescla ocorre quando não há palavra correspondente na sua língua ou quando não lembram de palavras do léxico do Munduruku. A não lembrança das palavras em Munduruku é um indício de que essa língua já está enfraquecida para alguns usuários que residem na cidade, pois, conforme explica Hagége (2000), o desaparecimento de uma língua se inicia quando suas palavras começam a ser esquecidas por seus falantes.

A língua portuguesa, por sua vez, é usada pelos Munduruku do Alto Tapajós para se comunicarem com pessoas da sociedade envolvente, com os indígenas de outras etnias e com os parentes do próprio grupo que não aprenderam a língua do povo. A leitura e a escrita nessa língua são praticadas, basicamente, nas atividades acadêmicas e, também, em grupos de *whatsApp* e outras redes sociais, como *facebook* e *instagram*.

Apesar de a língua Munduruku ter função para esses indígenas, nota-se que ela já começa a perder espaço na interação comunicativa entre as gerações mais jovens do povo. Observamos que os participantes 19, 22 e 23, embora sejam falantes da língua Munduruku, já preferem usar o português na interação comunicativa entre si em espaços públicos.

Constatamos, também, que o português, aos poucos, está ganhando espaço no domínio do lar (que era próprio da língua indígena) de alguns Munduruku que têm filhos. Segundo os participantes 25 e 28, a pressão da língua dominante é muito forte, o que tem levado os filhos a preferi-la, pois, mesmo falando com eles na sua língua, as respostas são dadas em português. Esse processo de sobreposição da língua do ambiente sobre a língua de origem, no domínio do lar, principalmente junto às crianças e jovens, conforme explica De Heredia (1989), é uma tendência recorrente nas famílias de migrantes, influenciada pela escola formal.

O participante 26 destacou-se por dar muita importância ao aprendizado da língua portuguesa pelos filhos, inclusive decidiu não mais interagir com eles na sua língua, pois não quer que sofram preconceito. A situação é compreensível, sabemos que o preconceito linguístico é um dos desafios enfrentados pelos indígenas na cidade que dificulta a manutenção da língua e de práticas culturais nesse espaço, razão pela qual precisa ser combatido veementemente pelo Estado e pelas suas instituições e por toda a sociedade civil. Por outro lado, deixar de falar a língua do povo com as gerações mais novas pode levar ao desaparecimento da língua indígena em algumas décadas no espaço urbano. A transmissão ou não de uma língua às crianças no seio familiar tem relação com as atitudes de valorização que os indivíduos desenvolvem em relação ao seu lugar de origem e o de moradia atual, cuja representação se dá, simbolicamente, pelo uso que fazem dela (DE HEREDIA, 1989).

A perda de espaço da língua indígena nos seus domínios leva-nos a caracterizar a comunidade linguística Munduruku em Santarém como uma “comunidade sem diglossia e com bilinguismo” (cf. FISHMAN, 1971), uma vez que as funções das línguas não estão bem definidas e uma delas começa a se sobrepor à outra, iniciando o processo de monolingüismo dos seus membros na língua dominante, particularmente dos mais jovens.

## 6. Considerações finais

No presente trabalho, apresentamos uma análise da situação sociolinguística dos Munduruku residentes em Santarém/PA. Analisamos a situação de mono e de bilinguismo (bilinguismo individual) dos membros desse povo, como também o valor funcional (bilinguismo social) das línguas e a atitude linguística em relação às línguas que fazem parte do seu repertório.

Foram localizadas 33 pessoas da etnia Munduruku, sendo que apenas 27 aceitaram participar da pesquisa. Em sua maioria, são estudantes da Universidade Federal do Oeste do Pará, oriundos das três Regiões do rio Tapajós/PA: Baixo Tapajós, Médio Tapajós e Alto Tapajós, que vivem em diversos bairros da cidade de Santarém.

Os dados mostraram que o repertório linguístico dos Munduruku é composto por duas línguas: a Munduruku e a portuguesa. A língua majoritária é a portuguesa, pois é falada por todos os indígenas que também têm habilidade de leitura e escrita nessa língua. Já a língua Munduruku é falada apenas pelos indígenas do Alto Tapajós, sendo que nem todos têm as mesmas habilidades de leitura e escrita. Além destes, duas pessoas (uma do Baixo e outra do Médio Tapajós) entendem, mas não falam a língua indígena (bilinguismo passivo em Munduruku).

A pesquisa mostrou, ainda, que os participantes mais jovens, mesmo sendo bilíngues ativos em Munduruku-português, estão se comunicando mais em português nos espaços públicos. E também que, já há casos de não transmissão da língua indígena às crianças, o que pode levá-las ao monolingüismo em português.

Sabemos do peso que tem as atitudes dos locutores em relação a sua língua (cf. DE HEREDIA, 1989), no entanto, sabemos também que a continuidade das línguas indígenas não depende apenas da vontade do povo que a fala, particularmente, no espaço urbano. Além dos impactos da homogeneização cultural e linguística, decorrentes da mundialização da economia e das tecnologias da informação (BRAGGIO, 2002; LACARES, 2018), esses povos lidam diariamente com estereótipos que afetam fortemente sua experiência na cidade.

Segundo Maher (2016, p. 62) um dos estereótipos é aquele da identidade indígena estar atrelada à imagem<sup>6</sup> do indígena do século XVI, “prisioneiros da sua ancestralidade” territorial, ou seja, “são quase sempre vistos como pertencentes exclusivamente à floresta, ao mato, a zonas rurais. Não há, via de regra, espaço no imaginário nacional para índios ‘legítimos’ em avenidas, *shoppings*, universidades – esses seriam espaços exclusivamente de ‘brancos’, de não índios”. Tais ideias, para essa autora, colocam-se na raiz da invisibilidade indígena nas urbes e, em geral, não contemplam esses sujeitos em políticas públicas direcionadas às etnias. Somado a isso, os indígenas relatam constantes episódios de preconceito, sejam eles linguísticos ou de outra natureza, o que acaba por enfraquecer a língua do povo, principalmente, junto aos mais jovens, cujos dados aparecem nesse trabalho. Para Lacares (2018) é necessário dar condições às minorias para que não sejam engolidas pela comunidade linguística hegemônica.

Cientes de que diagnósticos sociolinguísticos, em si, não tem o poder de mudar a realidade de ameaça às línguas minoritárias, mas são importantes para dar visibilidade a uma situação que muitas vezes não é percebida pelos falantes (SANTOS, 2016), esperamos que esse levantamento contribua para alertar a comunidade Munduruku, residente em Santarém, sobre a vulnerabilidade da sua língua (e que com a sabedoria que lhes é própria, encontrem novas estratégias de resistência), bem como para mostrar aos gestores públicos a necessidade urgente de ações de intervenção em prol do fortalecimento das línguas indígenas, incluindo as comunidades linguísticas situadas nas cidades, pois, como postula Rodrigues (1994, p.27), uma língua “não só reflete, assim, aspectos importantes da visão de mundo desenvolvida pelo povo que a fala, mas constitui, além disso, a única porta de acesso ao conhecimento pleno dessa visão de mundo que só nela é expressa”.

## Referências

- BARBOSA, A. L. et al. Nação Munduruku e seus horizontes de vida: novas perspectivas a partir do protagonismo feminino. *Ponto de Debate*, nº 09, 2016. Disponível em: <[https://rosaluxspba.org/wp-content/uploads/2017/01/ponto\\_debate\\_edg\\_final.pdf](https://rosaluxspba.org/wp-content/uploads/2017/01/ponto_debate_edg_final.pdf)>. Acesso em: 17 jun. 2020.
- BOAVENTURA, L. DE C. L.; OLIVEIRA, R. M. *O projeto da Usina Hidrelétrica São Luiz do Tapajós e as violações aos direitos do povo indígena Munduruku*. 2016. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br>>. Acesso em: 22 jun. 2020.
- BORTONI-RICARDO, S. M. 2014. *Manual de sociolinguística*. São Paulo: Contexto, p. 13.
- BRAGGIO, S. L. B. Políticas e Direitos Linguísticos dos povos indígenas brasileiros. *Signótica*, Goiânia, v. 14, p. 129-146, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sig/article/view/7310/5176>. Acesso em: 17/06/2020
- CARNEIRO, D. de S. *Situação sociolinguística dos munduruku, baniwa e baré residentes em Manaus*. 2004. X f. Relatório de Iniciação Científica. Faculdade, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Amazonas, 2004.
- DE HEREDIA, C. Do bilinguismo ao falar bilíngue. In: VERMES, G. e BOULET, J. (orgs.), *Multilinguismo*. Campinas: Unicamp, 1989. p. 117-219.

6. Com grafismos corporais, cocares na cabeça, falantes apenas da sua língua, dentre outros.

- FISHMAN, J. A. Sociologia da Linguagem. In: FONSECA, M. S. V. & NEVES, M. F. (orgs), *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. p. 25-39.
- FISHMAN, J. *Sociolinguistique*. Bruxelles/Paris: Labor/Nathan, 1971.
- G1 SANTARÉM (Portal de notícias da Globo). *População de Santarém cresce e passa de 304 mil habitantes, diz IBGE*. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2019/08/28/populacao-de-santarem-cresce-e-passa-de-304-mil-habitantes-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- GORETE NETO, M. Português-indígena versus português-acadêmico: tensões, desafios e possibilidades para as licenciaturas indígenas. *Anais do SIELP*. Volume 2, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2012.
- HAGÉGE, C. *Não à Morte das Línguas*. Lisboa, Instituto Piaget, 2000. 314 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça*. 2012. Disponível em: <[https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena\\_censo2010.pdf](https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf)>. Acesso em: 19 jun. 2020.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). *Povos Indígenas no Brasil: Munduruku*. 2017. Disponível em: <[https://www.indios.org.br/pt/Povo:Munduruku#Nome\\_e\\_I.C3.ADngua](https://www.indios.org.br/pt/Povo:Munduruku#Nome_e_I.C3.ADngua)>. Acesso em: 17 jun. 2020.
- LACARES, X. C. *Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos*. São Paulo: Parábola, 2018, 256 p.
- LUCIANO, G. dos S. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC/Secad; Laced/Museu Nacional, 2006. 233p. (Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes n. 1).
- MAHER, T. M. Sendo índio na cidade. In.: Revista da Anpoll. N.40, p.58-69. Florianópolis, Jan./Jun. 2016. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/1015/847>.
- MAHER, T. M; CESAR, A. L. S. Políticas linguísticas e políticas de identidade em contexto indígena: uma introdução. In.: *Trabalhos em linguística Aplicada*, v.57, n.3, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tla/v57n3/0103-1813-tla-57-03-1297.pdf>. Acesso em 05/12/2020.
- MELATTI, J. C. Índios do Brasil. 7ª ed, São Paulo: Hucitec, 1994. 279 p.
- MELO, J.; VILLANUEVA, R. E. (orgs.). *Levantamento Etnoecológico Munduruku: Terra Indígena Munduruku*. Brasília: FUNAI/PPTAL/GTZ, 2008. 194 p.
- RODRIGUES, A. D. *Línguas indígenas brasileiras*. Brasília: Laboratório de Línguas Indígenas da UnB, 2013. 29 p. Disponível em: <<http://www.laliunb.com.br>>. Acesso em: 21 jun. 2020.
- RODRIGUES, A. D. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. *Revista Ciência e Cultura*, São Paulov. 57, n. 2, p. 35-38, 2005. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br>>. Acesso em: 21 jun. 2020.
- RODRIGUES, A. D. *Línguas Brasileiras: Para o conhecimento das Línguas Indígenas*. São Paulo: Loyola, 1994.
- ROMÃO, L. *Língua e identidade: fios que se entrelaçam mundo afora*. Sem data. Disponível em: <<http://www.plataformadoletramento.org.br>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

SANTOS, L. A. dos. Sociolinguística e línguas indígenas brasileiras. In: MOLLICA, Maria Cecília; FERRAREZI JUNIOR, Celso (Orgs.). *Sociolinguística, Sociolinguísticas: uma introdução*. São Paulo: Ed. Contexto, 2016.

TERRA DOS ENCANTADOS. Direção: Clodoaldo Corrêa da Silva. Santarém: Custódia São Benedito da Amazônia e Missão Central dos Franciscanos, 2014. Documentário: 32,45min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sZUz2l8j36s>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

VAZ FILHO, F. A. *Pajés, benzedores, puxadores e parteiras: os imprescindíveis sacerdotes do povo na Amazônia*. Santarém, PA. Universidade Federal do Oeste do Pará, 2016. 138 p.